Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2253/2016

PROCESSO TC/MS	**:**	TC/17336/2014
PROTOCOLO	**:**	1556237
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO E/OU	**:**	VALTEMIR ALVES DE BRITO
INTERESSADO (A)		MARIA APARECIDA BRITO DOS SANTOS
TIPO DE PROCESSO	**:**	CONCESSÃO DE APOSENTADORIA
RELATOR (A)	**:**	JERSON DOMINGOS

Vistos, etc...

Trata o presente processo, do registro da concessão de Aposentadoria Voluntária, por idade e por tempo de contribuição, à servidora **MARIA APARECIDA BRITO DOS SANTOS.**

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal, procedeu ao exame dos documentos que instruíram a concessão da presente Aposentadoria e, através da Análise nº 13053/2015 (peça nº 02), manifestou-se pelo seu **registro,** com ressalva para a remessa intempestiva dos documentos do processo a esta Corte de Contas.

No mesmo sentido, manifestou-se o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 4581/2016 (peça nº 03), concluindo, ***in verbis:***

> *"...Corroborando o entendimento da análise técnica, este Ministério Público de Contas opina, nos termos do inciso II, do artigo 34, da Lei Complementar 160/2012, c/c o § 3º, letra "a", do inciso II, do artigo 174, da Resolução Normativa TC/MS 076/2013, pelo REGISTRO de Aposentadoria Voluntária..."*

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, ***DECIDO:***

1 - Pelo registro da concessão de Aposentadoria Voluntária, por idade e tempo de contribuição, à servidora **MARIA APARECIDA BRITO DOS SANTOS**.

2 - Pela recomendação ao responsável para que atente com maior rigor o prazo de envio dos documentos a esta Corte de Contas, conforme previsto no Anexo I, Capítulo II, Seção II, item 1.4, **a**, da Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 38/2012.

É a decisão.

Remetam-se os presentes autos ao Cartório para as providências estabelecidas no artigo 70, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Campo Grande-MS, 23 de março de 2016.

CONS. JERSON DOMINGOS
Relator

dm